



O Militante

BOLEIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A EDIÇÃO DA «DOENÇA INFANTIL»

ACTUALIDADE DE ALGUNS ENSINAMENTOS

«A Doença Infantil do Comunismo» de Lênine, agora editada clandestinamente pelo nosso Partido, no 40º aniversário da sua 1ª edição, é uma obra-prima da tática comunista. O livro aborda numerosos problemas. Sempre que o faz, mesmo de passagem, traz uma contribuição notável para o seu esclarecimento, dada a profundidade do pensamento teórico, a riquíssima experiência que revela e generaliza e o rigor da exposição.

O estudo da «Doença Infantil» auxiliará os militantes do Partido na sua formação política e na execução das suas tarefas práticas. Embora as tendências de direita sejam as mais frequentes no momento presente em Portugal, nem por isso a «Doença Infantil» que combate o «esquerdismo» deixa de ter uma grande actualidade. Por duas razões.

A primeira: Durante muitos anos, o «esquerdismo» foi a tendência negativa predominante no movimento operário, ainda em anos recentes (1949-55) o sectarismo adquiriu grande relevo e ainda actualmente aparecem dele numerosas manifestações, especialmente nos problemas de organização e mobilização de massas. A «Doença Infantil» constitui uma base ideológica fundamental da linha política e tática do Partido e da luta contra o sectarismo e outros desvios de «esquerda».

A segunda: Os desvios de «direita» e de «esquerda» com frequência se tocam. Assim, por exemplo, o oportunismo (desvio de «direita») conduz, pelas suas frequentes ilusões patchistas, a uma posição «esquerdista» em relação ao trabalho nas organizações reacionárias de massas. A «Doença Infantil», incidindo o seu fogo contra o «esquerdismo», constitui entretanto uma valiosa contribuição para a luta contra o oportunismo.

Muitos dos ensinamentos da «Doença Infantil» têm para nós grande actualidade. A seguir se abordam alguns.

Os «compromissos» e a unidade anti-salazarista

O nosso Partido tem insistido na urgência da unidade democrática a anti-salazarista. Isso signifi-

ca que o partido do proletariado está disposto a entrar em acordo com agrupamentos da pequena burguesia, da burguesia liberal e até com elementos da burguesia nacional. Tal acordo exige concessões e transigências recíprocas com vistas à actualidade prática. Esta política de unidade é evidentemente uma política de «compromisso».

Mas, como Lênine mostrou na «Doença Infantil» (cap.VIII), nenhum verdadeiro partido do proletariado pode dispensar tais «compromissos», eles não só são inevitáveis, como são desejáveis, na medida em que facilitam o processo revolucionário.

A unidade que o Partido defende na luta contra a ditadura fascista abrange elementos muito diversos: socialistas, liberais, conservadores, católicos, monárquicos, etc. A diversidade dos seus objectivos não lhes tira porém uma característica comum: serem todos agrupamentos pequeno-burgueses e burgueses. A unidade anti-salazarista implica assim «compromissos» com gente estranha ou hostil ao proletariado e ao seu partido. Entre os nossos companheiros da luta contra o fascismo há muitos que, lutando contra a ditadura e por uma mudança de regime, pensam defenderem melhor os interesses da burguesia e serem as soluções democrático-burguesas mais eficientes que o fascismo para impedir o movimento operário ascendente. Nas suas intenções não está o favorecerem o caminho para o socialismo, mas dificultá-lo. Nem por isso deixamos de desejar a unidade com eles.

Objectam alguns camaradas: Não se tratará de perigosos aliados? Não serão eles aliados incertos, capazes de, na primeira curva, nos pregarem a parreira? E, além disso, não se tratará de gente cheia de vacilações, instável nas suas posições e decisões?

Assim é de facto. Mas, coforme Lênine ensinou, «recusar temporizar e entrar em compromissos com aliados possíveis, mesmo que temporários, instáveis, vacilantes e condicionais» é «ridículo em extremo» (cap. VIII). Os que a tal se recusam «não compreendem o mínimo do marxismo» (id.).

Objecta-se ainda: Não contribuirão tais alianças para criar na classe operária e nas massas ilusões pequeno-burguesas? Não impedirão elas a acção esclarecedora e educadora do Partido? Assim seria de facto se, entrando em tais alianças, o Partido



suspendesse a luta ideológica, se, estabelecendo alianças políticas, estabelecesse ao mesmo tempo compromissos ideológicos, transgências de princípios.

Alguns democratas liberais pretendem que o Partido o faça e já têm aparecido camaradas que com eles concordam. Essa é porém condição de unidade inaceitável pelo Partido. O Partido está disposto a estabelecer a unidade com todas as forças anti-salazaristas com vistas ao derrubamento da ditadura, mas não está disposto a perder a sua independência política, como Partido do proletariado. Ao mesmo tempo que entra em « *compromisso* » com os outros anti-salazaristas, o Partido (conforme com os ensinamentos de Lénine, amplamente desenvolvidos na « *Doença Infantil* », cap. VIII) conduz uma luta política e ideológica contra as influências burguesas e pequeno-burguesas, contra as ilusões liberais e legalistas no seio da classe operária e das massas trabalhadoras em geral e procura mesmo levar a ideologia do proletariado a outras camadas da população.

É tão absurdo da parte de democratas liberais ou elementos conservadores colocarem, como condição da unidade, a perda da independência política do Partido Comunista, como seria absurdo, se o Partido usasse, como condição da unidade, que os outros agrupamentos passassem a fazer propaganda... comunista. Que cada qual reserve a sua independência política. Não a recusamos a quem quer que seja. Reconhecemos a quaisquer outros agrupamentos o direito de divulgarem as suas ideias e concepções.

Quanto a nós, conforme Lénine ensinou, guardaremos « *COMPLETA LIBERDADE de agitação, propaganda e actividade política* » (cap. IX, subl. de Lénine). Além do mais, a independência política do Partido Comunista é um elemento altamente favorável à unidade anti-salazarista.

II

Associação do trabalho legal e ilegal

Num país onde não existem liberdades democráticas, impõe-se a associação do trabalho legal e do trabalho ilegal, clandestino. Esse é um ensinamento de Lénine, largamente exposto na « *Doença Infantil* », onde são dados numerosos exemplos da « *tática correcta de combinar o trabalho ilegal com a utilização obrigatória das possibilidades legais* » (cap. III), onde se mostra que, para o Partido, « é *OBRIGATORIO combinar as formas legais com as formas ilegais de luta* » (cap. IV, subl. de Lénine).

As dificuldades da luta nas condições duma ditadura fascista têm dado origem a opiniões e tendências divergentes nesta matéria. Quando acções no terreno da « *legalidade* » fascista são sufocadas pela repressão, ou quando a acção legal, pela demora do sucesso, exige dos lutadores persistência e paciência sem limites, aparecem opiniões de que, nas condições do fascismo, não é possível uma acção legal, de que esta « *não conduz a nada* », de que a actividade clandestina, com métodos « *directos* » e « *radicais* », é a única digna do Partido do proletariado e até das forças democráticas em geral.

Inversamente, porque a actividade clandestina sujeita os democratas a uma repressão feroz, há quem pense que a actividade das forças democráticas se deve limitar à « *legalidade* ».

Tais opiniões são igualmente erradas. Nenhum partido que se proponha conduzir as massas populares à vitória sobre o fascismo pode desprezar as mais frágeis « *possibilidades legais* » de esclarecimento, de organização, de mobilização, « *Os revolucionários que são incapazes de combinar as formas legais de luta com TODAS as formas de luta legal* (escreveu Lénine) *são pobres revolucionários* » (cap. X subl. de Lénine). Sob o terror fascista, as formas clandestinas não podem tocar e atrair as camadas mais atrasadas nem assegurar só por si a defesa diária dos interesses da população laboriosa. Onde está a classe, onde estão as massas (sublinha Lénine) aí deve estar o Partido. Renunciar às possibilidades de actuação legal (por mais restritas e contingentes que elas sejam) é renunciar ao contacto com amplas camadas populares e ao seu apoio, é afastar o Partido da classe e das massas.

Ao mesmo resultado se seria conduzido, renunciando à actividade ilegal, clandestina. Nas condições do fascismo, só clandestinamente se podem organizar os partidos políticos, só clandestinamente podem desenvolver com clareza a sua propaganda e agitação. Renunciar à actuação ilegal (por muito difícil e perigosa que seja, por muita abnegação e sacrifícios que exija) seria aceitar a condenação à morte política. Alguns agrupamentos da burguesia liberal o têm feito e o resultado tem sido a sua efectiva eliminação do terreno político, o seu prático desaparecimento como forças políticas.

A posição justa (conforme Lénine insiste) é associar, combinar, o trabalho ilegal com o legal. A forma dessa associação varia com as condições concretas existentes em determinado país e em determinado momento e a tarefa do Partido é descobrir, em cada situação, a forma apropriada. Como Lénine sublinha, só charlatães podem pretender ter inventado receitas que sejam soluções prontas a ser utilizadas em todos os casos que a vida apresenta (cap. IV). A forma e os termos da actuação legal e ilegal e a forma e os termos da combinação de uma com a outra variam com as épocas, com os países, com as condições concretas.

É este um importante problema que presentemente se coloca aos democratas portugueses: como associar o trabalho legal e o trabalho ilegal no movimento nacional anti-salazarista? Também aqui aparecem ideias contraditórias, havendo putchistas que defendem a inutilidade das acções legais e havendo legalistas que condenam, pelos seus « *prejuízos* », qualquer regular actividade clandestina. Nem uns nem outros têm razão. Para o desenvolvimento vitorioso do movimento anti-salazarista, para que este consiga atrair e mobilizar as massas populares, é indispensável a associação do trabalho legal e ilegal, da organização legal e ilegal, da propaganda legal e ilegal, da luta legal e ilegal.

Dadas as restrições fascistas à actuação legal das forças democráticas, a direcção e coordenação do movimento exigem, não só contactos, acordos, pactos e enlacs ilegais entre partidos e agrupamentos

anti-fascistas, como a existência de organismos unitários ilegais de direcção (local, regional, nacional logo que possível). E dada a repressão feroz contra as organizações e actividades clandestinas, o esclarecimento e mobilização das massas e a ampla organização anti-salazarista exigem o aproveitamento de todas as possibilidades legais de actuação, de propaganda, de organização (sejam elas as mais ligeiras). Da associação correta de um tipo com outro de actividade depende, em larga medida, o sucesso na luta contra o fascismo.

A riquíssima experiência do Partido no que respeita à associação do trabalho legal e ilegal, o trabalho realizado segundo os ensinamentos de Lênine, mostra que, mesmo nas condições de terror duma ditadura fascista, tanto a actividade legal como a ilegal oferecem amplo terreno para a actuação revolucionária, para conduzir à luta amplas massas populares. Mostra também que os êxitos dependem em grande parte da justa associação de uma com outra.

III

A participação nas « eleições » para a Assembleia Nacional

Uma das mais importantes formas de actuação legal nas presentes condições portuguesas é a concorrência às « eleições » fascistas. Não se trata, de facto, de eleições com o significado que esta palavra tem nos países de democracia burguesa. A completa ausência de liberdades, a proibição dos partidos políticos e de quaisquer organizações das forças democráticas, a feroz repressão, as falsificações no recenseamento e no acto « eleitoral », a não existência de fiscalização, tornam as « eleições » salazaristas verdadeiras burlas eleitorais. Será justo, nestas condições, concorrer às « eleições » fascistas?

O Partido tem entendido que tal concorrência é justa e necessária. Lênine mostra, na « Doença Infantil », que todas as possibilidades de actuação política legal devem ser aproveitadas, que se deve concorrer às eleições para os parlamentos mais reacionários. « É obrigatório combinar as formas legais com as formas ilegais de luta (escreve Lênine), é OBRIGATÓRIO participar mesmo no parlamento mais reacionário e noutras instituições restringidas por leis reacionárias » (cap. IV, subl. de Lênine).

Mas não falava Lênine de parlamentos em países de democracia burguesa? Não é verdade que a Assembleia Nacional nem uma caricatura é de tais parlamentos? Não é a Assembleia Nacional fascista, um órgão de gente da confiança de Salazar, com limitadíssimos poderes? Nessas condições, como aplicar ao presente os ensinamentos de Lênine, que viveu antes do fascismo ter aparecido no mundo?

Lênine viveu, de facto, antes do fascismo. Mas os regimes autocráticos e absolutistas e as assembleias fantoches vêm de longa data. Lênine combate as ilusões legalistas e constitucionais, mas defende a luta no terreno das « eleições » e no terreno parlamentar como importante forma de luta legal que se não pode nem deve desprezar, como possibili-

dade de tomar contacto com largas camadas da população, de as esclarecer, mobilizar, organizar, nas condições mais favoráveis à actuação partidária criadas nos períodos eleitorais.

A « conquista de lugares » tem importância nos parlamentos e, mesmo numa assembleia fascista como é a Assembleia Nacional, ela a teria. Lênine não colocava porém a « conquista de lugares » como objectivo único e nem sequer como o mais importante. O mais importante para o partido do proletariado é despertar, esclarecer e educar a classe e as massas (cap. VII). Seguindo o ensinamento de Lênine, o nosso Partido, ao aconselhar a concorrência às « eleições » fascistas coloca, como objectivo fundamental, chegar às massas populares, esclarecê-las, levá-las a interessar-se pela vida política e a participar nela, treiná-las na luta política, mobilizá-las para a acção contra a ditadura fascista, criar-lhes hábitos de organização, de solidariedade, de combatividade.

Deve salientar-se que a possibilidade de a Oposição concorrer às « eleições » não foi « uma dádiva ou um acto voluntário de Salazar », conforme a Comissão Política salienta no seu documento de Junho: « Foi sim o resultado de amplas lutas de massas, da conquista de novas e fortes posições políticas pelas forças democráticas e populares ». Foi a luta popular que, em Portugal, sob uma ditadura fascista, forçou o governo a alargar a sua « legalidade », a abrir novas possibilidades de actuação legal das forças democráticas. Não concorrer às « eleições » fascistas não significaria rejeitar altivamente uma esmola (como alguns abstencionistas hoje pretendem): significaria sim abandonar uma posição conquistada através de muitas lutas e sacrifícios. Se é « obrigatória » a utilização das mais ténues possibilidades de actuação legal que o próprio governo fascista concede, mais « obrigatória » é ainda a utilização das excepcionais possibilidades de luta legal que os demagogos portugueses errancaram ao fascismo no terreno « eleitoral ».

A correcção política da concorrência às « eleições » fascistas não é questão a ser discutida duma forma abstracta. A riquíssima experiência já obtida neste terreno é o melhor argumento em defesa dessa correcção. As grandiosas batalhas travadas no decurso das farsas « eleitorais » seriam há 15 anos inconcebíveis para os teóricos sectários. Entretanto, na base da luta « eleitoral », na base do aproveitamento das possibilidades legais e da imposição do alargamento dessas possibilidades, as forças democráticas portuguesas conseguiram mobilizar e trazer à luta política contra a ditadura fascista centenas de milhares de portugueses, de tal forma que, primeiro em 1949, depois em 1958, a amplitude das lutas populares pôs em risco a permanência da camarilha fascista no poder.

IV

Actividades nos Sindicatos Nacionais

Quando da fiscalização dos sindicatos em 1933-34, o protesto da classe-operária tomou aspectos de grande combatividade nas jornadas de 18 de Janeiro



ro de 1934. Entretanto, já a orientação traçada para o 18 de Janeiro (greve geral com carácter insurreccional) foi dominada por um pensamento «*esquerdistas*», pois tomou-se a disposição da vanguarda (melhor: duma parte da vanguarda) como sendo a disposição da classe e das massas. Não se teve então em conta o ensinamento de Lénine, exposto na «*Doença Infantil*» (cap. X), segundo o qual nunca se deve lançar a vanguarda sózinha em batalhas decisivas. Em algumas localidades o exemplo da valentia dos trabalhadores ficou inscrito para sempre na história do movimento operário português. Mas o governo facilmente dominou o movimento.

Ao 18 de Janeiro, seguiu-se um período de boicote, dos Sindicatos Nacionais pelo Partido e pelos trabalhadores. Entretanto, sob pressão fascista e o estabelecimento, em muitos casos, da sindicalização obrigatória, os Sindicatos Nacionais começaram surgindo. O Partido colocava então como orientação a criação de sindicatos clandestinos e órgãos clandestinos de imprensa, que não foram mais do que «*formas novas e artificiais*» de organização dos trabalhadores.

Foi o VII Congresso da Internacional Comunista, realizado em 1935, que reconduziu o nosso Partido a uma orientação justa no terreno sindical. E entre os fundamentos ideológicos para uma viragem no nosso Partido, o VII Congresso da IC recordou uma obra célebre que parece tínhamos esquecido: «*A Doença Infantil*» de Lénine.

«Para saber ajudar as 'massas' e ganhar a sua simpatia, a sua adesão e o seu apoio (escreveu Lénine), é necessário não temer as dificuldades, as chicanes, as armadilhas, os insultos, as perseguições por parte dos 'chefes' (oportunistas e social-chauvinistas que estão, na maioria dos casos, ligados, directa ou indirectamente, à burguesia e à policia) e trabalhar obrigatoriamente onde estão as massas. É necessário saber aceitar todos os sacrifícios, vencer os maiores obstáculos, para realizar um trabalho de propaganda e de agitação metódico, constante, perseverante, paciente, precisamente nas instituições, sociedades, organizações (mesmo as mais reaccionárias) em toda a parte onde há massas proletárias e semi-proletárias» (cap. VI. subl. de Lénine). «*É preciso aceitar todos os sacrifícios e recorrer mesmo, se necessário, a toda a espécie de estratagemas, artificios, métodos ilegais e subterfúgios, para entrar nos sindicatos, permanecer neles e conduzir a todo o custo dentro deles um trabalho comunista*» (id.).

Desde então, a orientação do Partido no que respeita aos Sindicatos Nacionais baseou-se nas ideias fundamentais de Lénine. Entretanto, de 1935 a 1943, foram ligeiros os êxitos. Primeiro, em 1935-38, embora desenvolvendo durante cerca de dois anos um intenso trabalho de agitação e propaganda, com o «*Avante!*» a sair semanalmente num esforço para converter o propagandista «*colectivo*» num «*organizador colectivo*», o Partido não tinha a necessária ligação com a classe operária e a necessária influência política para vencer as dificuldades da acção sindical. Depois, em 1938-43, seguiu-se uma crise difícil na vida do Partido. Só a consolidação da reorganização de 1940-41, a

multiplicação das lutas operárias culminando nas greves de Julho-Agosto de 1943 e de 8 e 9 de Maio, de 1944, o fortalecimento orgânico do Partido e da sua influência de massas, permitiram começar a levar à prática o trabalho nos Sindicatos Nacionais. As importantes vitórias nas «*eleições*» sindicais de 1945 marcam o ponto decisivo da viragem na acção prática do Partido.

A orientação em relação aos Sindicatos Nacionais não tem sofrido modificações de vulto nestes últimos 15 anos. Mas a realização dessa orientação tem acompanhado as contingências e as oscilações verificadas na evolução geral do movimento operário e democrático e na vida do Partido.

O que já há alguns anos tem caracterizado este sector de trabalho do Partido (assim como a actividade nas organizações de massas em geral) é o desajustamento entre as condições favoráveis (intensificação dos movimentos reivindicativos, radicalização política das massas) e o menosprezo efectivo pelo trabalho nos Sindicatos Nacionais. Ora, para ser leninista não basta «*estar de acordo*» ou «*achar justo*» o que Lénine disse. Para ser leninista é necessário realizar na actividade prática os princípios teóricos que se aceitam.

A situação continua a apresentar-se favorável para a intensificação da luta sindical. Tem-se acentuado as acções de massas nos Sindicatos Nacionais. Algumas acções espontâneas acusam o sentimento e as disposições da classe operária. Reclamar nos Sindicatos a satisfação das reivindicações operárias, levar as Comissões e Delegações, fazer as concentrações e assembleias, obrigar os dirigentes fascistas a darem contas à classe da sua gerência, — são formas de luta que constantemente devem ser associadas às lutas reivindicativas dos trabalhadores na empresa ou por classe. E fazer pressão para que se realizem nos Sindicatos Nacionais eleições com um mínimo de seriedade, apresentar Listas de Homens Honrados e fazê-las eleger, manter a luta pela aprovação dessas listas pelo Ministério, — é outra tarefa que se coloca a todo o Partido, a todos os democratas, a todos os trabalhadores quaisquer que sejam as suas próprias opiniões políticas ou crenças religiosas.

O desenvolvimento da acção nos Sindicatos Nacionais, dada a favorável conjuntura nacional e internacional, pode, num breve espaço de tempo, colocar uma outra tarefa política à classe operária portuguesa: a luta pela conquista da liberdade sindical, embora, numa primeira fase, com o objectivo limitado duma reforma dos Sindicatos Nacionais num sentido democrático.

V

Saber avançar e saber recuar princípio tático fundamental

A tática do Partido não pode ser rígida e imutável. Dentro dum mesmo plano estratégico (derrubar a ditadura fascista e instaurar a liberdade política), há fluxos e refluxos, há períodos de ascenso e períodos de quebra do movimento democrático. A tática do Partido não pode permanecer a mesma

perante tais mudanças de situação: as formas de luta e de mobilização, os métodos de organização, as palavras de ordem, têm de mudar de maneira a corresponderem às situações novas que se vão criando.

Terá sempre sido assim compreendida a tática do Partido? Ou não se terá muitas vezes persistido, rigidamente, em formas de trabalho e em consignas, cuja modificação a mudança de situação impunha?

Se consideramos o período posterior às «eleições» presidenciais de 1958, nota-se que, apesar do descenso do movimento popular, apesar do refluxo revolucionário, o Partido manteve as mesmas palavras de ordem de ofensiva e, de certa forma, sublinhou o seu sentido ofensivo. Na mesma medida em que se acentuava, o refluxo, nessa mesma medida se insistia em manter uma ofensiva incessante, progressiva, generalizada. A forma como foi conduzida a Campanha para a Demissão de Salazar e a Jornada Nacional é um exemplo característico.

Uma tal tática não foi de nenhuma forma correcta e a falta de resposta das massas aos apelos do Partido e toda a evolução política bem o demonstraram. O erro tático foi possível em virtude duma incorrecta análise da situação: acreditou-se numa desagregação «irreversível» do fascismo conduzindo ao seu breve colapso. Esqueceu-se assim o ensinamento de Lénine que insistia na necessidade duma «rigorosa objectividade» (cap. IV) na análise da situação, com vistas a emprender qualquer acção política. Tomaram-se os desejos por realidade, esquecendo-se outra advertência de Lénine, segundo a qual isso «é o mais perigoso erro que os revolucionários podem cometer» (cap. VII).

Na luta contra o fascismo, o Partido tem de aprender antes de mais a mudar de tática segundo as alterações na situação, segundo os fluxos e refluxos revolucionários, e isto significa mudar segundo as condições, as formas e métodos de luta, de organização e de mobilização, dirigir as suas forças num sentido ou noutro, concentrar as suas forças num ponto determinado ou dispersá-las, avançar ou recuar, passar da ofensiva à defensiva e vice-versa. Julgar que a posição de ofensiva é sempre a mais favorável e querer mantê-la a todo o preço é jactância que conduz necessariamente ao desastre. Na «Doença Infantil» Lénine salientou que «a vitória é impossível sem ter aprendido a atacar e a recuar correctamente» (cap. III), e que, se os Bolcheviques, sempre que forçados à reterida, puderam retomar o trabalho numa mais larga escala e duma maneira ainda mais correcta e enérgica, isso se deve a que «denunciaram e expulsaram sem piedade os revolucionários de língua, que se recusam a compreender que se tem de saber recuar» (id.)

A forma de aproveitamento das possibilidades de

actuação legal, as formas de organização e agitação clandestinas, a associação das primeiras com as segundas, variam com a situação tática. Saber avançar e saber recuar, significa saber associar, de forma diversa, esses dois tipos de actuação.

A orientação seguida em relação ao movimento juvenil nos últimos 10 anos é um exemplo dos prejuízos resultantes de não se terem em conta os fluxos e refluxos revolucionários e de não se saber, em relação a eles, avançar e recuar, associar o trabalho legal e ilegal. Em 1946, numa época de ascenso do movimento democrático, a luta popular impôs ao governo fascista novas condições de actividade e organização legais. Nesse momento foi justa a dissolução da clandestina FJCP e foi justa e possível a criação dum amplo movimento e organização legal da juventude: o MUD Juvenil. Após 1949, começou um longo período de refluxo do movimento democrático, intensificou-se a repressão, o MUD Juvenil viu progressivamente restringidas as suas possibilidades de actuação legal e os seus dirigentes foram condenados a pesadas penas. A mudança da situação, a transição dum período de refluxo do movimento democrático, impunha nova viragem tática, impunha que se encontrassem formas novas de associação do trabalho legal e ilegal. (O mesmo se pode dizer quando, em 1958, de novo se verificou um ascenso de movimento popular). Foi isso feito? Não. Ao longo dos anos, através das situações mais variadas, a orientação permaneceu inalterável (salvo o insignificante «ajustamento tático» do Vº Congresso): as formas de organização mantiveram-se com o se manteve a forma de associação do trabalho legal e ilegal. Tais erros táticos conduziram necessariamente o movimento juvenil à desorientação e às dificuldades políticas e orgânicas, que actualmente se verificam.

Manter inalterável a tática do Partido quando a situação se modifica é sintoma de falta de maturidade política, que a longa experiência de forma alguma justifica. A missão do Partido como vanguarda do proletariado depende largamente da sua capacidade para encontrar em cada situação a tática apropriada, para se lançar na ofensiva e emprender a retirada nos momentos oportunos, para definir em cada momento os termos da associação do trabalho legal e ilegal, as formas de organização e de mobilização, as palavras de ordem, as direcções fundamentais da sua actividade.

VI

Àcerca do Partido

A «Doença Infantil» é, de princípio ao fim, uma defesa e uma demonstração do papel do Partido como partido do proletariado, e da impossibilidade de realizar as suas tarefas históricas sem estar in-



dissolvemente ligado à sua classe e sem o apoio das massas populares. Embora a obra não tenha esse objectivo, aborda alguns princípios que regem a orgânica do Partido. Dos ensinamentos da «*Doença Infantil*» nesta matéria, queremos referir alguns relacionados com problemas actuais do nosso Partido.

A partir da luta contra o sectarismo e os excessos de centralismo verificados nos anos 1949/55, tomaram vulto no Partido concepções anarquizantes e liberalistas. O centralismo tornou-se para alguns militantes uma verdadeira fobia, qualquer coisa de condenável que se deve rejeitar completamente. Ao mesmo tempo reclamava-se e tentava-se praticar a «*descentralização*», a «*autonomia*», o afrouxamento do controle e da disciplina. Não é a «*Doença Infantil*» a obra em que Lênine aborda estes problemas. Mas não deixa de citar, como condição da vitória do proletariado, o centralismo e a disciplina do proletariado e do Partido (cap. II e V). A necessidade dum «*Partido estritamente centralizado e com uma disciplina de ferro*» (Apêndice I, que infelizmente não consta da edição do PCP) e de definir, numa passagem célebre, as condições necessárias para a existência dum disciplina de ferro no Partido.

As mesmas tendências anarquizantes geradas no nosso Partido à volta da discussão do «*culto da personalidade*», visavam negar o papel, autoridade e prestígio dos «*dirigentes*» e de certa forma o conseguiram. Na «*Doença Infantil*», em várias passagens, Lênine alude a semelhantes posições anarquizantes no Partido Bolchevique, salienta a importância dos dirigentes e insiste na necessidade de «*dirigentes bons, merecedores de confiança, experimentados e gozando de autoridade*» (cap. VII).

As obras fundamentais de Lênine sobre este problema são: «*Que fazer*», «*Um passo em frente, dois à retaguarda*» e noutro plano, «*Dois tácticas*». Pena é que a grande maioria dos nossos militantes as não conheçam. Entre outros, os defensores das concepções anarco-liberais ficariam surpreendidos por encontrar aí, na boca dos adversários de Lênine, muitas das suas opiniões e conceitos acerca do «*centralismo*», da «*democracia*», da

«*descentralização*», da «*autonomia*», e (embora com outro nome) do «*culto da personalidade*» (Ver «*Que fazer?*», cap. I e VI; «*Um passo em frente*», cap. H e Q).

Neste aspecto da sua actividade, como outros, tem o Partido cometido erros graves. Cometer erros é um mal. Pior é a dificuldade em os reconhecer. Na «*Doença Infantil*», numa passagem luminosa inúmeras vezes citada, Lênine indica a importância da auto crítica no partido do proletariado.

«*A atitude dum partido político em relação aos seus próprios erros é uma das formas mais importantes e mais seguras para julgar da sua seriedade e como na prática cumpre as suas obrigações para com a classe e para com as massas laboriosas. Admitir francamente um erro, descobrir as suas causas, analisar as condições que conduziram a ele, e discutir completamente os meios de corrigi-lo, — tal é a marca dum partido sério, tal é o caminho para cumprir os seus deveres, para educar e instruir a classe e as massas*» (cap. VII, subli. de Lênine).

Uma última observação: a «*Doença Infantil*», como todas as obras de Lênine, exprime uma confiança sem limites na vitória total e universal do proletariado. Lênine exorta os comunistas a não temerem as dificuldades, a saberem vencer as horas más a darem provas de abnegação e sacrifício, certos de que, embora a luta não seja uma marcha por uma estrada recta e plana, o triunfo final está assegurado.

«*Os comunistas (dizia Lênine na «Doença Infantil», em 1920) devem saber que o futuro lhes pertence*» (cap. X).

Em grande parte do mundo já a história confirmou a confiança de Lênine. Nestes 40 anos, a URSS tornou-se uma potência mundial de primeira grandeza e caminha apressada para o Comunismo. A enorme China e mais uma dúzia de estados constroem o Socialismo. Em países com mais de mil milhões de habitantes estão os comunistas no governo, apoiados pelos seus povos. Também em Portugal, com razões redobradas que a evolução mundial nestes 40 anos justifica, podem os comunistas estar certos de que é deles o futuro.

ALGUMAS RESOLUÇÕES DO V CONGRESSO

O V.º Congresso constata um afrouxamento dos cuidados conspirativos e certas faltas que põem em risco a segurança do Partido e a defesa dos quadros.

É indispensável combater o liberalismo, a indisciplina e a falta de vigilância revolucionária que podem acarretar ao Partido novos golpes policiaes.

Deve estabelecer-se em todo o Partido uma rigorosa compartimentação de tarefas de acordo com o princípio de que cada camarada só deve conhecer aquilo que se relaciona com o seu trabalho.

Impõe-se modificar os nossos métodos de defesa contra a acção do inimigo, tendo em conta as novas formas da repressão salazarista e o aumento do seu volume.

Ao mesmo tempo insõe-se a discussão do comportamento ante o inimigo, através da divulgação dos exemplos de firmeza e abnegação dados por muitos quadros que caíram nas mãos do inimigo, e também dos métodos empregados pela policia contra o Partido.

É NECESSÁRIO CONHECER E CUMPRIR AS REGRAS CONSPIRATIVAS

Por CARLOS

O nosso Partido, que congrega a vanguarda da classe operária e de outras camadas do nosso povo, é considerado ilegal pelo regime fascista; o regime de terror do grande capital monopolista.

Com o seu aparelho repressivo, encabeçado pela PIDE, e no qual gasta muito do dinheiro roubado ao povo, o governo de Salazar persegue, dura e constantemente, o nosso Partido.

Quando a PIDE, por intermédio dos seus agentes e da sua extensa legião de espíões, descobre uma ligação com o Partido, imediatamente actua quer vigiando, ameaçando, prendendo, quer fazendo promessas, etc., sempre no sentido de impedir ou minar a acção partidária.

A actividade do Partido em defesa da classe operária é do povo em geral tem, por tudo isto, aspectos estritamente clandestinos.

Isto não significa que os membros do Partido se escondam, se afastem das outras pessoas. Bem ao contrário. O que é necessário, para levar por diante a orientação do Partido e para a defesa dos próprios militantes, o que é necessário dizíamos, é que os membros do Partido se liguem profundamente às massas e as ajudem a unir-se e lutar. Só assim será possível defender os interesses das massas e conduzi-las para uma situação política que permita o desenvolvimento da Nação em benefício do nosso Povo.

Mas essa ligação estreita dos militantes com as massas, tem de ser feita não aparecendo como membros do Partido, mas simplesmente como defensores dos interesses dos trabalhadores ou das outras camadas anti-salazaristas. Nessa actividade de massas, actividade legal como se costuma dizer, nenhum membro do Partido actua afirmando esta sua qualidade.

Mas o partido, como organização política, tem de ter as suas reuniões, onde discuta, assente e controle as tarefas dos seus militantes, tem de publicar e distribuir a sua imprensa, tem de realizar muitas outras tarefas que não podem ser do conhecimento dos inimigos. Toda essa actividade, a que se costuma chamar actividade ilegal, tem de ser caracterizada pela sua clandestinidade, pelo seu segredo.

Nas circunstâncias actuais, pelo facto de vivermos num regime inimigo dos trabalhadores, inimigo do nosso Partido, o problema da defesa da actividade partidária coloca-se em primeiro plano. Ou sabemos defender essa actividade e ela será profícua e desenvolver-se-á, ou não sabemos defendê-la e toda a nossa vontade e dedicação não podem concretizar-se porque as forças repressivas o impedem.

A defesa da actividade partidária é um dever dos membros do Partido, em quaisquer circunstâncias em que se encontrem. É fundamental que cumpramos o dever de defender o Partido quando somos presos e ficamos nas garras do inimigo. Mas não é só nessa altura que se tem de defender o Partido. Na nossa actividade diária não podemos nunca es-

quecer que a defesa conspirativa do Partido é uma tarefa primária.

Para defender o Partido na nossa actividade diária é necessário conhecer e cumprir as regras conspirativas. As regras conspirativas são aquelas regras que a experiência de longos anos de clandestinidade nos tem provado deverem ser respeitadas para contrariar a acção constante das forças repressivas.

Na circular do Comité Central de Julho de 1959 afirmou-se como muito necessário:

«Passar a discutir obrigatoriamente em todas as reuniões do Partido, a situação conspirativa de cada organização e camarada e tomar medidas para o cumprimento das regras conspirativas...»

As regras conspirativas mais importantes

As regras conspirativas que consideramos mais importantes são:

1ª.— Nenhum camarada pode dizer-se membro do Partido ou falar das suas tarefas a não ser autorizado pelo organismo de que faz parte ou pelo controlador da sua actividade partidária.

Isto significa que só em casos especiais pode um camarada, fora do seu organismo ou dos seus contactos partidários, dizer-se membro do Partido. Succede isso, por exemplo, quando se faz um recrutamento, mas mesmo então é necessário discutir previamente de que recrutamento se trata e daí a autorização de que se fala acima. É falso pensar-se que o facto de um membro do Partido declarar essa qualidade é um problema pessoal. Não! É um problema que interessa à organização partidária, pelos prejuízos que pode causar, nas circunstâncias actuais. O mesmo e com mais razões se poderá dizer das tarefas que o Partido distribui aos seus membros.

2ª.— Nenhum camarada pode falar de outros camaradas ou simpatizantes ou de suas tarefas a não ser autorizado pelo organismo de que faz parte ou pelo controlador da sua actividade partidária.

Se não podemos falar de nós, com mais razão não poderemos falar dos outros. É evidente que, quando fazemos um recrutamento, teremos de falar na nossa qualidade de membro do Partido, mas o que é inadmissível, o que é um grave erro conspirativo, é falarmos nos nomes de outros camaradas com o objectivo de facilitar o recrutamento.

3ª.— Nenhum camarada pode transportar ou guardar escritos que, uma vez apanhados pelo inimigo, levem à localização de camaradas ou simpatizantes ou dêem qualquer informação inconveniente para o nosso Partido.

A utilização de cifras para escrever alguma informação que não pode ser conservada tal qual, deve ser muito cuidada, em virtude de ser vulgar o uso de processos facilmente decifráveis. O melhor é

reduzir as informações que é inconveniente escrever ao mínimo e depois... procurar retê-las na memória.

4.^a — Todos os contactos e reuniões partidárias devem ser cuidadosamente combinados e realizados de modo a assegurar o seu segredo e o segredo das discussões travadas.

Isto significa que os encontros e reuniões do Partido não se dão quando o acaso os possibilita, e em quaisquer condições. Devem ser combinados de modo a ter-se a certeza de que se fazem sem o conhecimento dos inimigos nem a possibilidade de sua interferência. É também muito mau que os camaradas andem constantemente uns com os outros, constituindo um grupo; tal hábito é não só anti-conspirativo como dificulta a ligação dos militantes do Partido com os outros companheiros de trabalho. Nesta regra conspirativa está implícita a pontualidade e a certificação da segurança das deslocações dos camaradas.

5.^a — Nos encontros e reuniões do Partido deve ser inicialmente combinado o minuto conspirativo.

Isto é, deve ficar assente entre todos os participantes uma explicação simples e aceitável que deve ser dada ante qualquer interferência externa ao Partido.

Esta regra, tão antiga no nosso Partido, tem sido muito esquecida. Torna-se necessário um esforço de todos para a fazer reviver. Em muitos casos, quando de encontro ou reunião de camaradas que se conhecem bem, o minuto conspirativo é fácil de combinar e por isso se despresa. Em outros casos, quando de encontro ou reunião entre camaradas que não se conhecem pessoalmente é mais difícil a combinação e por isso se lhe foge. Entretanto o minuto conspirativo defende os encontros e reuniões e existem muitos exemplos que mostram que o não se ter combinado previamente o minuto conspirativo provocou desastres e outros prejuízos.

6.^a — A distribuição da imprensa partidária exige cuidados especiais para nos assegurarmos de que ninguém se apercebe. A imprensa partidária deve ser lida e guardada em locais seguros.

A imprensa do Partido e outra imprensa clandestina serve muitas vezes para os inimigos localizarem ligações partidárias. O facto da sua distribuição, leitura e manutenção serem feitas descuidadamente tem contribuído para não poucos desastres no Partido.

7.^a — Todos os membros do Partido devem exercer uma vigilância constante ante a acção dos inimigos de modo a impedir a sua infiltração e as suas provocações.

Isto significa que não podemos ser ligeiros nas nossas apreciações sobre as pessoas que mal conhecemos, que devemos estar sempre atentos à acção dos provocadores e espiões, que não podemos responder de forma aberta, mostrando claramente a nossa maneira de pensar, a quem nos provoca nesse sentido, etc.

Alguns exemplos de faltas conspirativas

Consideramos que estas sete regras devem ser objecto de estudo e de discussão entre os membros

do Partido para que, rapidamente, se vençam grandes e graves deficiências no que respeita à defesa do Partido.

Há que ajudar os camaradas a compreender a razão de ser destas regras e a necessidade de as cumprir. Mas temos, igualmente, de ser intransigentes na defesa do seu cumprimento. Existem casos de camaradas que, apesar de terem boa vontade e dedicação ao Partido, com os seus erros conspirativos têm feito mais mal que bem, têm prejudicado mais do que beneficiado a luta do nosso povo. Temos o direito e o dever de impedir que tais erros se dêem.

Julgamos de interesse apontar alguns exemplos de faltas às regras conspirativas citadas e algumas das razões que julgamos as originam. Todos os exemplos são reais embora não sejam aqui localizados por razões conspirativas.

1 — A inconfidência

Pensamos que o erro conspirativo mais vulgar é a **inconfidência**. A sua origem deve localizar-se no desejo, tantas vezes quase inconsciente, de nos elevarmos aos olhos dos outros, quer mostrando que fazemos isto ou aquilo, que temos certas responsabilidades, quer mostrando que sabemos certas coisas « *muito importantes* », etc. É vulgar o defeito das pessoas não sabermos guardar segredos. Cada um tem um amigo de inteira confiança a quem confia o segredo e como este o confia a outro, em pouco tempo o segredo dá uma grande volta, perde-se-lhe o rasto e pode ser conhecido por qualquer pessoa. Este defeito não é compatível com o ser-se membro do Partido. Ou se sabem guardar os segredos do Partido e pode-se ser membro do Partido, ou não se sabem guardar e não se pode ser membro do Partido.

A inconfidência é muitas vezes provocada por perguntas, perguntas que quando são feitas por um camarada traduzem uma falsa ideia do Partido. Há na verdade camaradas que consideram o Partido como um grupo ou seita onde quem entra tem o direito de conhecer quem são os outros, o que fazem, etc. Daí resultam perguntas anti-conspirativas às quais nenhuma resposta se deve dar, ou melhor, se deve responder com um esclarecimento de tal incompreensão. Mas é vulgar, quando se possui tal concepção do Partido, ficar-se aborrecido com o não se poder saber « *tudo* ». Tais camaradas chegam a pôr a questão de falta de confiança. Nada mais errado, erro que assenta numa apreciação falsa das condições em que o Partido actua. A experiência de muitos anos de luta clandestina ensinou duramente ao nosso Partido que cada camarada só deve conhecer o que necessita para o bom cumprimento das suas tarefas; o que não é necessário para isso não deve ser conhecido. Este é um princípio fundamental que devemos ter sempre presente e que generaliza, de certo modo, algumas das regras conspirativas que citamos.

A luta contra a inconfidência tem de ser uma luta constante de todos os membros do Partido.

Mas vejamos, no concreto, alguns exemplos de inconfidências, de erros conspirativos em virtude do não cumprimento das duas primeiras regras

apontadas:

a) Em determinado sector, com uma situação conspirativa muito delicada em virtude duma grave traição, tornou-se necessário substituir rapidamente o camarada responsável pela distribuição da imprensa. Um militante do Partido que se destacara já em actividades de agitação e que mostrava boa vontade e dedicação ao Partido foi proposto para essa tarefa. Foi com ele discutida a importância da tarefa e particularmente a necessidade de manter um segredo absoluto sobre ela, de não falar nela a ninguém mesmo a certas pessoas que conhecia e em quem tinha grande confiança, considerando-as como camaradas. O camarada, chamemos-lhe camarada A, aceitou a tarefa e as condições secretas a que ela obrigava. Foram-lhe dadas as ligações necessárias. Estruturou-se de novo o aparelho de distribuição. Mas dentro de dois meses ao organismo dirigente do sector chegava a informação de que o camarada A confundira aos tais seus amigos a sua nova tarefa. Deste modo, com tal inconfidência, com o não ter cumprido uma regra conspirativa que lhe tinha sido especialmente explicada, o camarada A obrigou a rever tudo o que se tinha montado. Sem o querer, sem dúvida, causou prejuizos grandes ao trabalho do Partido.

b) Em outro sector, quando foi destacado um novo funcionário para o controlar e, para isso, foi apresentado a alguns camaradas, soube-se, passado pouco tempo, que as suas características físicas eram já do conhecimento de outros camaradas que o não conheciam nem interessava que o conhecessem. Tais inconfidências, que se têm repetido no mesmo sector, revelam grande inconsciência política, pois fazem circular, sem se poder controlar até onde, os próprios sinais dos camaradas que vivem na clandestinidade, alguns intensamente procurados pela PIDE, a qual, só com esses sinais, pode localizá-los.

c) Mais alguns exemplos de inconfidência, todos eles bem recentes: Numa empresa um camarada informa outro, que nada tinha que o saber, quem é agora o responsável; numa organização local confia-se que no comité local está agora uma pessoa com determinada característica; num outro lado um camarada diz saber que houve uma mudança de funcionário e pergunta se não é agora uma pessoa com determinadas sinais, etc., etc.

2 — O desleixo conspirativo

Naturalmente que podemos considerar que a inconfidência é um desleixo conspirativo. Mas o desleixo conspirativo está também na origem das faltas a outras regras conspirativas. Na verdade são desleixados conspirativamente os camaradas que faltam ou chegam atrasados aos encontros, os que falam alto sem atender se são ouvidos ou não, os que andam com imprensa do Partido no bolso sem nenhuma necessidade disso, etc.

É muito vulgar tais camaradas desleixados conspirativamente responderem a qualquer reparo com um «*Não há azar.*», isto é, não há Perigo. Mas esta ideia não assenta num conhecimento cuidadoso e concreto da situação mas sim numa ideia falsa de que o «*azar*» não nos toca à porta, como se as coisas sucedessem por acaso, por haver «*sorte*», ou por haver «*azar*».

Também a luta contra o desleixo conspirativo tem de ser uma luta constante de todos os membros do Partido. Vejamos alguns exemplos concretos que melhor podem explicar onde incidem mais vulgarmente os desleixos conspirativos.

a) A terceira regra conspirativa proíbe, entre outras coisas, o escreverem-se nomes e moradas de camaradas ou simpatizantes e, ainda mais, o conservarem-se tais escritos.

Recentemente um funcionário do Partido tinha em seu poder um manuscrito, cópia dum artigo dum jornal que um camarada lhe tinha dado, dizendo que nada tinha de anti-conspirativo. Além do manuscrito apresentar a letra do camarada, no final tinha uma nota que dizia: «*Cópia feita por Futano de Tal*», isto é, exactamente o nome do camarada que o tinha dado.

Na posse de outro funcionário do Partido encontrava-se uma carta dum simpatizante do Partido, com a assinatura bem legível e a terra onde vive; o teor da carta além disso localizava o seu autor como simpatizante e poderia levar à localização de camaradas do Partido.

Em qualquer destes casos, quer inconsciente, quer conscientemente guardam-se papéis com nomes e até moradas de camaradas.

b) Analisando o que se passa em determinado sector não é exagero afirmar que as faltas aos encontros e reuniões estão a impedir que o Partido avance. Parece-nos mesmo necessá-



rio termos bem clara a seguinte ideia: as faltas não fazem estacionar a actividade do Partido, as faltas fazem recuar a actividade do Partido.

Mas, além disso, e é o que nos importa agora mais, as faltas, bem como a falta de pontualidade, têm sempre como consequência um aumento dos riscos conspirativos. Evidentemente que, por vezes, há razões muito poderosas que podem obrigar a uma falta ou a chegar-se atrasado, mas se houver a compreensão do que verdadeiramente representa isso, de certo em muitos casos tais factos deixar-se-ão de dar.

Qualquer falta de comparência ou de pontualidade deve ser discutida com paciência mas com objectividade, para se vencer as incompreensões. Quando tais faltas se cometem para com camaradas que vivem na clandestinidade, alguns particularmente visados pela repressão, os perigos que se correm sobem de grau de modo que, se os camaradas demoram a compreender a necessidade da rectificação dessas faltas, isso pode e deve obrigar a afastá-los do contacto com funcionários do Partido.

c) Ainda recentemente a manutenção da prisão de algumas pessoas deve-se ao facto de lhes ter sido apanhada imprensa do Partido. Assim sucedeu com uma pessoa que foi para uma reunião legal de trabalhadores com um «Avante!» no bolso, o mesmo sucedeu com outra pessoa que fez afirmações políticas que o levaram à PIDE, tendo os bolsos cheios de imprensa, etc.

3 — A incompreensão política na raiz dos erros conspirativos

Qual a raiz da inconfidência, do desleixo conspirativo, de todos os erros conspirativos, dum modo geral? Parece-nos claro que a raiz de todos os erros conspirativos se pode encontrar numa incompreensão política, isto é, numa apreciação não realista do regime em que vivemos, numa apreciação em que se diminuem os perigos que existem, a acção repressiva do fascismo.

É nessa substimação da repressão salazarista que assentam as explicações que cada um dá para si quando comete um erro conspirativo. Quando se faz uma inconfidência pensa-se que a pessoa a quem se fala é de confiança, quando se chega atrasado ou se falta a um encontro pensa-se que tudo correrá bem quando se guar-

da a imprensa do Partido em qualquer lugar pensa-se que ninguém a descobrirá; em tudo e para tudo pensa-se que: «Não há azar».

Ora o que é necessário pensar não é isso, mas sim que se nós cometemos uma inconfidência também quem a houve a pode cometer e depois já não sabemos quem conhece o segredo que confiamos, quando combinamos mal um encontro ou faltamos, o camarada ou camaradas que nos esperam podem ser localizados pelos espões da PIDE ou podemos prejudicar as condições para uma reunião, quando não guardamos a imprensa do Partido em local seguro ela pode ser localizada por diversas razões e isso prejudicará a nossa actividade. Quer dizer, em vez de pensarmos que «não há azar» devemos pensar, conscientemente, qual a forma de actuar para que os inimigos do Partido não atinjam a nossa actividade. Só assim não substituímos a perseguição que o regime fascista exerce sobre o nosso Partido.

Vejamos ainda dois exemplos de não cumprimento da última regra conspirativa que apontamos, os quais põem a nu essa substimação dos perigos que rodeiam a nossa actividade partidária.

a) Como se sabe há camaradas timoratos que, por isso, nos impedem de avançar, por exemplo, no recrutamento. Isso é mau e prejudicial. Mas é necessário não cair na outra ponta, em considerarmos como pessoas honestas qualquer pessoa que conhecemos mal. Ainda há pouco tempo um camarada muito «atiradiço», que tem recrutado para o Partido alguns elementos, deu uma informação boa e responsável acerca dum elemento que se apurou ser bufo. Os prejuizos que isto poderia ter causado eram enormes.

b) Há camaradas que espicaçados por elementos bufos ou fascistas, reagem de forma pouco cuidada, fazendo afirmações que os desmascaram não só como elementos anti-salazaristas, mas mesmo como elementos próximos do Partido. É prova de certa infantilidade pretender discutir com um espão fascista e ainda mais quando se reage descontroladamente. Exemplos recentes de faltas deste género têm provocado situações conspirativas muito delicadas que muitos prejuizos nos

causam. E não é a boa vontade dos elementos que cometem tais faltas que permite reganhar o atraso de que são responsáveis.

Conclusão

Podemos terminar explicando melhor esta última ideia. A boa vontade e a dedicação ao Partido não podem ser medidas numa única direcção. Actualmente, nas condições do regime fascista, uma das direcções em que devemos medir com mais atenção a boa vontade e dedicação dos membros do

Partido é a da defesa do Partido. Os camaradas que não mostrem boa vontade e dedicação nessa direcção, podem-nos causar mais prejuizos do que ajudar a nossa acção.

Travemos, pois, em todas as nossas reuniões e nos contactos partidários, uma discussão sobre a defesa do Partido, esclarecendo as razões da necessidade dessa defesa.

Explicuemos e divulguemos as regras conspirativas e cumpramo-las, inflexivelmente.

Deste modo daremos uma importante ajuda a todo o trabalho do Partido

SOBRE AS TAREFAS DO PARTIDO, A LIGAÇÃO COM AS MASSAS E O NOSSO NÍVEL IDEOLÓGICO

Por ALFREDO

Factos recentes, tais como a fuga dos nossos camaradas de Peniche, as comemorações do 31 de Janeiro e lutas de natureza reivindicativa, continuam a demonstrar a amplitude do descontentamento nacional. Porque sistematicamente tem obstado ao desenvolvimento progressivo do país, porque a sua politica se vira exclusivamente para os interesses da alta finança, porque se apoia na força das armas, no pânico e no terror espalhado de norte a sul do país pelo bando criminoso da PIDE, porque sacrifica os interesses nacionais à custa dum apoio estrangeiro para a sua politica reaccionária, Salazar é o alvo fundamental do descontentamento popular.

As tarefas do Partido e a ligação com as massas

O Partido Comunista Português caminha na vanguarda da luta anti-salazarista, quer isto dizer que é o nosso Partido, aquele, que pela sua ligação com as massas, no conjunto das várias forças oposicionistas, continua e sistematicamente vem desenvolvendo uma acção nacional contra o regime salazarista.

E porque é que isto assim acontece? Porque o nosso Partido é o Partido da classe operária e esta classe é a que mais interessada está na constituição dum governo de portugueses honrados que garantam ao povo a defesa dos seus interesses fundamentais.

A tarefa que se abre à nossa frente é árdua, no entanto, árdua também é a clandestinidade em que se desenvolve a nossa luta, e nem por isso, os comunistas portugueses lhe viram a cara. O que importa analisar é até onde o nosso Partido está preparado para corresponder na prática à sua missão histórica e o que está ao nosso alcance fazer para a sua maior eficiência.

Encaminhar as massas, dar uma saída às disposições de luta das massas, significa para nós a necessidade de existirem sólidos elos entre o Partido e as massas. A não existência desses elos, corresponde à impossibilidade do Partido poder levar as

massas a uma acção decisiva contra o regime.

E existem esses elos?

Nos Estatutos do Partido o artigo 16º diz: — «a célula é a organização de base do Partido, é o seu alicerce e o elo fundamental da ligação do Partido com as massas.»

Com efeito, as células de empresa, de bairro, de rua, de escola, de oficina, de barco, de quartel etc., são os organismos básicos do Partido. Elas são as vias entre o Partido e as massa, por essas vias as massas são atraídas à linha politica do Partido.

Contudo, corresponderá na prática a acção das células à sua de, iniciação teórica?

Em primeiro lugar a densidade das células é exigua em relação à importância da tarefa de mobilizar e organizar as massas. O trabalho individual subsiste e com ele uma deficiente influencia organizada do Partido nas empresas, nos bairros, nas escolas, nas oficinas, nos barcos, nos quartéis, etc.. Em segundo lugar, na actividade dos organismos básicos do Partido, onde eles existem, há a constatar algumas deficiências. Em muitos casos, estes organismos cortaram as amarras que os ligavam às massas, isolam-se, vivendo para aquilo que alguns camaradas designam por trabalho ilegal. Tais camaradas que invocam várias razões para assim procederem, fazem-no porque, ou nunca chegaram a compreender perfeitamente no que consiste o trabalho de massas, ou porque têm medo delas.

O trabalho ilegal é apenas uma faceta do trabalho partidário e neste está forçosamente implicito o trabalho de massas. Nos encontros, na difusão da imprensa, no controle de organizações, no recrutamento, nas tarefas de agitação e de fundos há sem dúvida aspectos completamente ilegais, que pertençam exclusivamente ao Partido, no entanto, em todas estas tarefas reflectir-se-á a orientação que lhes fôr imprimida, se esta é de caminhar para as massas, se de lhes fechar ainda mais as portas.

A conquista das massas não significa abolir com os cuidados conspirativos da máquina ilegal do Partido, significa sim reforçá-los e adaptá-los de modo a permitir a participação das massas na execução da linha politica do Partido.

Existem exemplos, na nossa experiência, que nos

mostram como é fundamental a participação das massas em muitas tarefas do Partido. Durante a visita de Américo Tomaz a Braga foi feito um trabalho de agitação, que levou os próprios deputados fascistas, daquele círculo, a referirem-se a ele na A. Nacional. (Ver palavras do deputado Alberto Cruz na sessão de 29/6/59.

E quem fez este trabalho de agitação?

Evidentemente que a sua origem esteve no Partido, na acção dos membros do Partido, no entanto as massas deram uma ampla continuidade à tarefa de agitação.

As massas apanharam do chão as tarjeas anti-salazaristas e jogaram-nas ao ar, das janelas, dos eléctricos, etc. Podemos dizer com justiça que coube às massas o mérito da amplitude desta jornada de protesto. Outros exemplos se poderiam citar, recentemente na recolha de fundos do Natal a acção dum operário sem partido ultrapassou de longe toda a acção da organização local. Esta diferença é explicável pela diferente participação das massas numa e noutra acção.

Na base da incompreensão que impossibilita muitas camaradas de se ligarem na sua actuação prática às massas, está a ideia errada de que uma estreita ligação com as massas, pressupõe darem os rossos camaradas a conhecer a sua qualidade de comunistas.

Em primeiro lugar os comunistas não podem ter a ideia de que é possível vencer a etapa salazarista sem atrair as atenções do inimigo, de que é possível levar as massas a movimentações políticas ou económicas sem que o inimigo se aperceba disso.

Esta ideia, dentro das condições de luta do povo português é utópica. O que é preciso ter é uma ideia correcta de defesa, quando da movimentação das massas.

A condição essencial para a defesa das massas e dos militantes comunistas naquelas jornadas reside na unidade das próprias massas, na compreensão e adesão delas à luta a desenrolar. Onde o inimigo encontra a coesão e a unidade das massas ele tem dificuldades em agir, onde porém a tarefa de unir foi feita de fora do próprio seio das massas e por via disso resultou uma unidade frágil, o inimigo actua, destrói a luta.

Em segundo lugar, a ligação com as massas não pressupõe darem os membros do Partido a conhecer a sua qualidade de comunistas.

É na base dos interesses das massas, na luta por esses mesmos interesses que se deve mobilizar e organizar as massas.

Porque devem lutar os comunistas?

Quando muitos camaradas levantam os seus receios de se queimarem na sua ligação com as massas e por isso restringem a sua acção, estão a revelar uma grave incompreensão, quer quanto às perspectivas que se abrem ao proletariado, quer quanto ao papel que cabe aos comunistas.

A nossa acção tem razões de ordem ideológica onde se apoia. Temos perspectivas à nossa frente. «O Partido Comunista Português tem como objectivo supremo e constituição em Portugal, do socialismo e a edificação da sociedade comunista». A

realização prática destas palavras, que se lêem nos Estatutos do Partido, significará a emancipação do proletariado do jugo explorador e opressor, o que pela sua quantidade numérica constituirá a emancipação das grandes maiorias do povo português.

Esta emancipação não poderá, porém, ser levada a efeito sem a participação das camadas a emancipar.

Leon Bohr, no «Militante» n.º 100 diz:—«A transformação revolucionária da sociedade capitalista não pode ser levada a cabo por heróis ou grupos isolados, e nem sequer partidos inteiros, se contarem exclusivamente com as suas próprias forças e não mobilizarem para a luta milhões de trabalhadores.»

É de acordo com esta orientação que os comunistas devem agir com vistas à realização das suas perspectivas.

No momento presente o Partido faz esforços no sentido de unir todas as forças anti-salazaristas numa frente única e tem a perspectiva de que, constituída essa frente, estariam contados os dias do salazarismo. Apesar disso, há camaradas que também neste aspecto deixam reflectir as suas incompreensões quanto à acção de massas. As ideias de putschs, terrorismo, que andam no ar existem também no seio do Partido. Porquê? É que muitos camaradas não olham abertamente para o papel e para as perspectivas dos comunistas, voltaram as costas às massas, caíram numa posição mais romântica que revolucionária e daí o darem guarida às ideias de acção isolada. Esses camaradas só poderão expulsar de si tais ideias, em desacordo com a sua qualidade de comunistas, na medida em que virem para as massas todas as suas atenções.

O papel do nível ideológico

Estivemos a analisar a deficiência de ligação com as massas de alguns organismos do Partido. Nesta deficiência é uma causa fundamental o baixo nível ideológico de muitos camaradas, o que alás se explica se considerarmos que o nosso Partido vive na clandestinidade e há 34 anos que o nosso povo sofre uma ditadura fascista.

Não basta, porém, explicarmos as deficiências pela débil formação ideológica, e a fraca ajuda política dada aos nossos quadros, pela clandestinidade. A débil ajuda política à base do Partido, que é uma realidade, tem também a sua origem numa substimação dos camaradas responsáveis dos sectores, quanto ao papel do nível ideológico na execução das tarefas do Partido.

Na última campanha eleitoral o nosso Partido, ou melhor a direcção do Partido, tinha a perspectiva de que ela podia vir a transformar-se na mais potente acção contra o regime de Salazar, até então desenvolvida, o que aliás veio a ser demonstrado na prática. No entanto, essa perspectiva difundida através dos materiais do V Congresso, não era de todo o nosso Partido, este não estava suficientemente armado ideologicamente para a ganhar, e poder, depois na sua actuação prática, corresponder às disposições de luta das massas, que poderia ter levado à queda do salazarismo.

Neste exemplo se pode avaliar bem o papel do



nível ideológico na execução das tarefas do Partido.

É no contacto regular com os organismos de base que deve ser prestada uma assistência política capaz de lhes dar a consistência de autênticos órgãos motores das massas. Por vezes encontram-se camaradas que por incompreensões várias, ou não encontram tempo para ler a nossa imprensa, ou não a lêem por desleixo, ou se a lêem é a correr. É necessário fazer ver a todo o Partido que nas nossas condições de existência, a nossa imprensa é o mais poderoso órgão não só informativo, mas também formativo. Não basta lermos a imprensa como se fôssemos parte da massa sem partido, essa procura-a porque ela é «boa», defende os seus interesses e diz mal de Salazar; nós comunistas devemos ir mais longe, procurar na imprensa a resposta a muitas das nossas incompreensões. Do mesmo modo se impõe, que os organismos responsáveis pela imprensa, tenham sempre em conta a sua função formativa junto de todo o corpo do Partido.

Se deixarmos as organizações de base entregues apenas ao cumprimento das suas tarefas práticas, apenas por puro praticismo, não as estamos a educar politicamente, nem a permitir-lhes que vençam criadoramente as dificuldades que encontram na

sua actuação.

O problema do nível ideológico da base do Partido avulta ainda mais se considerarmos que, na sua maioria, as novas adesões ao Partido, não assentam em razões propriamente ideológicas, mas sim na política consequente do Partido e no prestígio cada vez mais crescente da União Soviética e dos países do campo socialista.

Na maneira de encarar este problema há também muitas incompreensões que se refletem na densidade do recrutamento. Muitos camaradas têm a ideia de que é necessário um longo tempo de namoro junto do simpatizante em via de ser chamado ao Partido, segundo dizem esses camaradas é preciso prepará-lo. Fazem assim um trabalho de preparação pouco produtivo, dado que é feito à margem da realidade do Partido, dos problemas e das tarefas do Partido.

O problema do nível ideológico está pois intimamente ligado com o êxito das tarefas do Partido e portanto com o papel histórico que lhe está confiado. O Partido é o conjunto de todos os seus membros, é nas nossas mãos que está depositado esse papel, cabe-nos também dar-lhe satisfação e para isso urge que nos equipemos das armas indispensáveis.

DAS RESOLUÇÕES DO V CONGRESSO

6 — O V.º Congresso constata com satisfação os progressos alcançados pela organização do Partido, designadamente a partir de 1955, e verifica que eles acompanham a par e passo os progressos da luta contra o sectarismo e o dogmatismo nas suas fileiras.

Entretanto, estes processos orgânicos só serão consolidados se se empreender em todo o Partido um trabalho persistente para alargar o recrutamento de novos membros, para intensificar a ajuda aos quadros e, principalmente para imprimir vida política aos organismos do Partido.

A difusão e propaganda do Programa como instrumento de mobilização das massas pode proporcionar o recrutamento de novos membros para o Partido.

Uma tarefa de importância excepcional é a de refrescar as nossas organizações com quadros jovens. O rejuvenescimento das nossas fileiras é uma questão vital para o Partido. Há que atrair às células do Partido para tarefas especificamente partidárias os jovens operários, camponeses, soldados e intelectuais mais destacados e ligados às massas, dispensando-lhes todo o carinho e ajuda nas dificuldades.

Impõe-se que todos os organismos do Partido discutam medidas concretas para recrutar e fazer participar na vida activa do Partido os melhores

jovens portugueses e portuguesas.

Por outro lado, é necessário levar a organização do Partido até algumas importantes regiões do país e alguns grandes centros industriais onde ainda não existe qualquer trabalho organizado. Uma importância excepcional tem o nosso trabalho em relação a algumas empresas-chaves que devem tornar-se os maiores baluartes do Partido. Com estes objectivos deve mobilizar-se todos os recursos do Partido discutindo-se em cada organização as suas possibilidades concretas,

7 — As organizações do Partido valem pelo que realizam no sentido da mobilização das massas, pela forma acertada como conduzem as lutas das massas laboriosas. O trabalho do Partido deve orientar-se essencialmente para a solução dos problemas vivos das massas populares, para a sua movimentação em todos os sectores da vida nacional, para forjar a mais ampla unidade na luta pelos seus problemas mais sentidos.

Impõe-se o rápido apetrechamento de todo o Partido para a condução dum vasto movimento de massas liquidando todas as formas ultrapassadas e rotineiras de trabalho. Neste sentido tem uma enorme importância o estudo e a divulgação entre os quadros do Partido e as próprias massas das experiências das grandes e pequenas lutas, como forma de melhorar a cada passo a actividade das organizações do Partido e de apetrechar as massas para novas lutas.



O ESTUDO DA IMPRENSA DO PARTIDO

Por JAIME

A leitura e o estudo da imprensa do Partido são dois importantes factores que muito contribuem para a elevação do nosso nível ideológico e político.

Infelizmente isto não tem tido lugar na medida em que seria para desejar em todos os organismos do Partido. Nem sempre os controladores procuram saber, junto dos camaradas que controlam, se, uma vez feita a leitura, os camaradas ficaram com dúvidas. Mais raramente ainda se organiza a discussão colectiva dos documentos e materiais mais importantes publicados pelo nosso Partido.

E não tenhamos dúvidas de que se isto se fizesse regularmente ou pelo menos com certa frequência não só beneficiariam os camaradas controlados, como os controladores do Partido.

A importância da imprensa

A existência dum órgão central do Partido como o «Avante», elo e poderoso elemento para o reforçamento da Unidade do Partido da classe operária, das classes trabalhadoras é dum importância que nunca é demais sublinhar.

O «Avante», em cujas colunas o nosso povo procura e encontra a verdade que a venal imprensa burguesa lhe oculta, representa, por outro lado, a possibilidade de esclarecimento de amplas camadas da população. Daqui se conclui a vantagem da sua difusão ampla entre as massas populares sem Partido, e sempre que possível da troca de opiniões com tais pessoas sobre os assuntos que o «Avante» aborda.

O papel do «Militante», dadas as suas características especiais de «Boletim do Comité Central» no desenvolvimento e elevação do nosso nível ideológico e político, exige naturalmente da nossa parte um estudo atento individual e colectivo que, infelizmente, nem sempre é feito. O mesmo sucede com outros materiais do Partido tão importantes como os ESTATUTOS.

Quanto aos manifestos, como eles que são e fortes de ligação do Partido com as camadas mais amplas do nosso povo, como uma das expressões da aplicação prática da linha do Partido e importantes instrumentos de esclarecimento, agitação e mobilização da opinião pública, interessa a todo o Partido auscultar as reacções desta, mas interessa também que os estudemos e os discutamos nos organismos partidários. Só assim, virados para a prática, para a luta, encontraremos as formas de acção concreta para mobilizar, unir e organizar o nosso povo para a conquista da democracia.

Só o estudo e discussão de todos estes materiais permite na realidade extrair deles todos os ensinamentos políticos que contêm, aproveitar toda a experiência política do nosso Partido que eles en-

cerram e assimilar dum forma mais completa a linha política do nosso Partido que eles traduzem. E, por outro lado, só este estudo e discussão permite que venham ao de cima as nossas dúvidas e opiniões críticas sobre o que não nos parece correcto ou justo, com as quais a imprensa partidária muito beneficiará.

Como organizar a discussão

Tendo em conta que há camaradas que lêem mal ou com dificuldade, seria de desejar que antes da discussão, os camaradas com menos dificuldades procurassem ajudar aqueles na leitura da nossa imprensa. Isto poderia ser feito na ausência do controlador, o qual dirigiria sim a discussão. Tratando-se dum organismo em que vários camaradas tenham dificuldades, parece-nos mais de aconselhar uma leitura colectiva seguida de discussões. Cabe, aos controladores num e noutro caso ajudar a tirar dessas discussões e doutrinas que se façam na sua presença todas as conclusões políticas, todos os ensinamentos teóricos e práticos que a imprensa do nosso Partido encerra.

Quanto aos camaradas que estão mais em ligação com as massas sem partido é junto delas que eles deverão organizar a discussão das mais variadas formas, consoante os casos. Para isso torna-se necessário fazer entre as massas trabalhadoras sem partido uma distribuição cada vez mais ampla da nossa imprensa.

Quer nos organismos partidários, quer entre as massas sem partido, esta discussão deve ser organizada de forma a que se liguem sempre os problemas teóricos abordados na nossa imprensa à prática, à vida, à luta.

Discussões de outro tipo, escolásticas, desligadas da vida derivam em mera especulação e são estérteis, sem qualquer resultado prático.

A discussão colectiva dos materiais da nossa imprensa não dispensa, antes exige o estudo individual atento. Sem tal estudo e discussão grande parte do enorme esforço que o Partido dispense para a redacção, publicação e distribuição da imprensa não se traduz em contrapartida num aproveitamento devido num melhoramento das nossas possibilidades como militantes. A contribuição que as massas com Partido e sem Partido podem e devem dar ao melhoramento da linha política do nosso Partido, fazendo chegar a este as suas críticas e opiniões também ficará seriamente prejudicada.

Organizar a discussão da nossa imprensa nos organismos partidários, e entre as massas trabalhadoras é tarefa de todos nós. Ponhamos na sua realização o mesmo esforço e persistência que pomos nas outras tarefas partidárias.

.....Ao mesmo tempo é necessário intensificar o recrutamento de mulheres para o Partido encarando em cada caso as formas orgânicas mais

apropriadas e dispensando uma ajuda especial aos quadros femininos promovendo-os audaciosamente a postos de direcção.